



Rodrigo Costa da Rocha Loures*

Trib

Aprimorar a política monetária

O CMN dá espaço para cortar o juro e para uma taxa de câmbio mais equilibrada

Uma decisão estratégica e acertada para o futuro do nosso país foi tomada na última reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN). A meta de inflação para 2009 foi fixada em 4,5% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com margem de tolerância de 2% para cima ou para baixo. Desta feita o presidente Lula agiu como um árbitro. O maestro da política macroeconómica do crescimento. O CMN é integrado pelos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e pelo o presidente do Banco Central, Hélio Meirelles.

A nosso juízo, com a meta de inflação de 4,5% para 2008 e 2009, o Banco Central terá um espaço maior para reduzir mais rapidamente a taxa de juros e os depósitos compulsórios, propiciando uma convergência mais rápida entre os anômalos juros domésticos e os juros internacionais. Esta nova perspectiva vai contribuir para alcançarmos uma taxa de câmbio mais equilibrada e melhores condições para o aumento dos investimentos e redução do desemprego.

Nos últimos anos observamos que os graves desequilíbrios que atrapalhavam o nosso crescimento estão sendo sanados. O superávit das contas externas e o aumento das reservas apontam para uma boa posição do balanço de pagamentos. Do lado interno, a inflação caiu mais de 50% num espaço de três anos: 7,6% em 2004, 5,9% em 2005 e 3,1% em 2006. Para 2007 as previsões apontam para menos de 4%. Vale lembrar as taxas médias anuais de inflação dos últimos 15 anos dos dois maiores e mais velozes países emergentes. Na China e na Índia, foram de

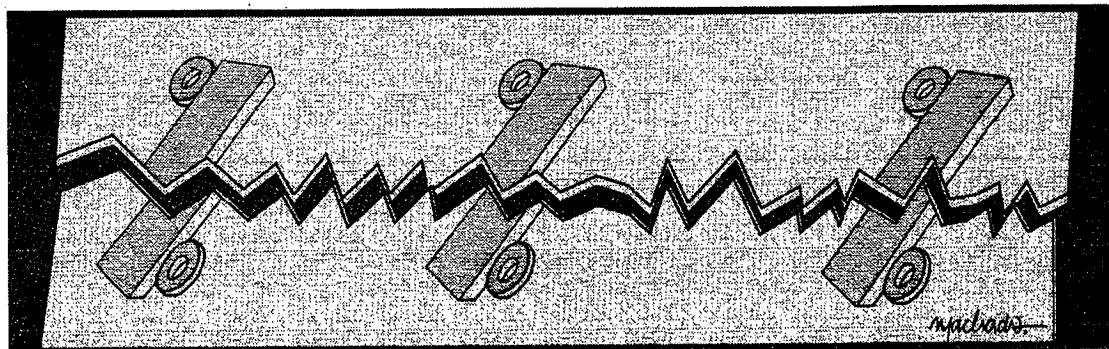
5,1% e 7,3%, respectivamente.

Nos últimos 12 anos, a busca dos equilíbrios externo e interno foi perseguida através de taxas de juros e depósitos compulsórios extremamente elevados. O crédito no Brasil representa hoje pouco mais de 30% do PIB, contra valores internacionais acima de 100%. Entre 1985 e 2005, a participação da indústria de transformação no PIB foi reduzida de 35% para apenas 18,4%. Em países como a Coreia e a China ela corresponde a mais de 35% da produção. A

brasileira e, por conseguinte, na política de juros.

2. Aperfeiçoar a governança da política macroeconómica com a ampliação da composição do Conselho Monetário Nacional (CMN) e com a criação de um Conselho de Assessores Económicos da Presidência. Os três novos membros do governo no CMN seriam os ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o da Ciência e Tecnologia e o presidente do BNDES, a fim de torná-lo mais alinhado aos interesses ge-

Banco Central e as instituições acadêmicas na área de economia. Os centros de pós-graduação e de pesquisa em economia no Brasil, reunidos em torno da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), alcançaram padrões de excelência internacionais em diversos campos. Essa expertise pode e deve ser aproveitada no sentido de aprimorar os modelos de previsão do produto potencial e das expectativas de inflação, dentre outros. O Banco Central e a Anpec devem



nossa economia cresceu quase nada e perdeu substância.

É inadiável aprimorar a governança da política monetária e melhorar o regime de metas de inflação. Para crescer mais, com menos inflação. Oferecemos quatro proposições para aperfeiçoar os instrumentos existentes:

1. Implementar, a exemplo dos Estados Unidos, um sistema de núcleo de inflação, que exclui dos índices de preços os itens que apresentam grande volatilidade. Este cálculo elimina os produtos que sofrem choques temporários de oferta, como a alta de produtos agrícolas ou de energia. Um índice de preços que estime apenas este núcleo é um indicador mais apropriado e deve propiciar maior estabilidade na medição da inflação

rais do País. O Conselho de Economistas assessoraria pessoalmente o presidente no seu papel essencial de árbitro nas decisões econômicas de interesse estratégico para o País.

3. Reduzir o spread bancário, o mais elevado do mundo, para diminuir o custo do crédito. A CNI propõe medidas simultâneas: desoneração tributária (IOF e CPMF) das operações de crédito, estímulo à concorrência entre os bancos para aumentar a eficiência e reduzir custos, redução dos altíssimos depósitos compulsórios dos bancos e a criação do cadastro positivo de crédito como fonte de informação para melhorar a eficiência na alocação dos recursos.

4. Ampliar a interação entre o departamento econômico do

cooperar para melhor subsidiar as decisões do Copom e de outros agentes econômicos.

Estas medidas devem contribuir para superar mais rapidamente o longo período em que fomos submetidos a uma política restritiva do crescimento. O grande desafio da política monetária é manter a estabilidade com expansão e geração de empregos. O Brasil vive um momento propício para ousar em termos macroeconómicos para impulsionar o ritmo e a qualidade do crescimento.

* Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) e presidente do Conselho de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Próximo artigo do autor em 26 de julho